

ANA MARIA MARQUES*

**O FEMINISMO NAS NARRATIVAS DE MULHERES DA REVISTA
A VIOLETA – CUIABÁ: 1916-1950**

Resumo: A revista *A Violeta*, periódico editado em Cuiabá na primeira metade do século XX, foi pesquisada e analisada neste artigo com o objetivo de se pensar sobre os conflitos do feminismo da “primeira onda”, aquele das lutas pela igualdade de direitos, em Mato Grosso. Uma pequena elite de pessoas letradas, lideradas por mulheres que escreviam e editavam a revista, aproximava ideias e pensamentos que estavam na pauta dos debates a elas contemporâneos. A revista foi também um veículo de aproximação, num lugar cuja localização geográfica colocava essas pessoas distantes dos grandes centros culturais do país e do mundo, porém, absolutamente, não alheias.

Palavras-chave: Revista *A Violeta*. Mato Grosso. Feminismo.

Abstract: *The Violet* magazine, a periodical published in Cuiaba in the first half of the twentieth century, was examined and analyzed in this article in order to think about the conflicts of feminism of the “first wave”, that fights for equal rights, in Mato Grosso. A small elite of literate persons led by women who wrote and edited the magazine approached ideas and thoughts that were on the agenda of discussions with them contemporary. The magazine was also a vehicle approaching at a place whose geographical location put these people away from major cultural centers in the country of the world, however, absolutely, others were not.

Keywords: *A Violeta* magazine. Mato Grosso. Feminism.

Autora convidada, artigo recebido em 14 de abril de 2011

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT – Campus Cuiabá).
E-mail: anamariamarques.ufmt@gmail.com.

Sou contra a chã política em lábios de mulher. Mas, aqui mesmo, temos nos enveredado no campo da luta política metendo-nos em questões que não são nossas. E como temos desempenhado esse papel? Mas de um modo muito errôneo. Sem termos, quase sempre, ideia nítida do que se passa na vida do Estado, sem havermos tomado interesse pela verdadeira causa que é o progresso geral, nós politiquemos em toda a extensão da palavra. E muitas vezes se nos perguntam: quem é Fulano, pelo qual estais debatendo? Infelizmente, nem sabemos explicar; e organizamos comissões, assinamos petição à primeira autoridade do País e o que é mais doloroso é que quase sempre somos as primeiras vítimas das bárbaras revoluções. E o engraçado é que ao acabar a fúria da politicagem, nos dizem – ocupação de mulher é fazer quitutes – como ou se tivéssemos desprezo pela primeira de todas as artes, a arte culinária, ou esqueceram-se que a mulher ignorante do caso, sem deveres e sem interesses foram por eles mesmos instigadas a esses debates fúteis. Ao passo que se fôssemos educadas para representarmos bem nossa missão, saberíamos melhor desempenhar os nossos deveres. A mulher, me parece, deve votar, se bem que no Brasil ainda não é tempo. As transições bruscas fazem mal. Preparemo-nos! Eduquemo-nos! (Maria Dimpina, *A Violeta*, 1918.)

Essa epígrafe é uma parte, correspondente a mais ou menos um quinto, da crônica que ocupa três páginas da revista¹. Tal crônica, inteira, é um precioso discurso feminista daquela época. Sem nunca se denominar assim, Maria Dimpina foi porta-voz de um pensamento feminista de época. As temáticas em voga: a submissão da mulher, a saída do espaço doméstico para o mercado de trabalho, a reivindicação do direito de votar e, sobretudo, a importância da instrução e da escolarização das mulheres. Esse último ponto era o convergente entre várias correntes na divergência das ideias entre um feminismo mais radical e outro, que não visava competir com os homens ou tirá-los dos “seus lugares”, dos quais, no ideário da época, partiam as questões próprias de homens, cuja “natureza feminina” seria incapaz de penetrar.

Maria Dimpina Lobo Duarte usava os pseudônimos Arinapi e Martha. Nasceu em 1891 e viveu até 1966. Foi considerada por muitos como uma mulher além de seu tempo, seguramente por ocupar função pública e ser uma intelectual – atividades eminentemente masculinas na época. Em 1909, aos 18 anos, formou-se no colégio Liceu Cuiabano, onde até então só estudavam homens, e lá recebeu o título de bacharel em Ciências e Letras. Maria Dimpina foi a primeira funcionária pública concursada de Mato Grosso e assumiu cargo nos Correios e Telégrafos. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), cujo nome inspirou a denominação do grêmio de onde partira a revista, era escritora das preferidas de Maria

¹ Os exemplares da revista *A Violeta* foram pesquisados no acervo microfilmado do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR – UFMT) e no Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

Dimpina. A romancista carioca com quem Dimpina trocava cartas e material literário foi definida por essa última como “Esposa e Mãe modelar que fez de seu lar um santuário da ciência” (*A Violeta*, n. 97, 1922).

Maria Dimpina reclamava da ignorância das mulheres sobre assuntos políticos. Primeiro porque as mulheres daquela época não participavam dos cargos eletivos, depois porque as “rainhas do lar” tinham na casa seu espaço de atuação e fundamental importância na criação dos filhos e na manutenção da família como instituição basilar da sociedade. A educação moral, não necessariamente aprendida na escola, dava sustentação a uma cultura que determinava papéis diferentes de gênero. Para Joan Scott, o gênero é uma maneira de perceber as diferenças entre os sexos e as identidades de gênero se constroem a partir das experiências. Nas palavras de Scott (1999: 42) a experiência...

[...] não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica, portanto, não pode superar as duas.

Nessa perspectiva, historicizar considerando as experiências de mulheres a partir de categorias não naturalizadas já é uma escolha política. As mulheres passaram a ganhar visibilidade e importância, seja dentro ou fora do ambiente doméstico, pois suas experiências foram subjetivadas e tornaram-nas sujeitos de suas próprias histórias. As narrativas, das quais a revista *A Violeta* é exemplo, deram vozes às experiências de mulheres e permitiu a produção de conhecimentos que, no desdobramento dos debates políticos, tornaram-se autorizados e reconhecidos. Se a própria Dimpina não se considerava voz autorizada para falar de política, ela mesma reconhecia que, do lugar de onde falava, cercada por outras mulheres que também escreviam na revista, iam “politiqueando”, parafraseando o neologismo da autora.

Se a inserção na política as tornava vítimas, então é preciso compreender as construções discursivas que falam de mulheres subordinadas, escravas e presas a rédeas curtas que as ligam diretamente aos homens. Madeleine Pelletier, feminista francesa envolvida no debate sobre o sufrágio no início do século XX, defendia a ideia de a identidade feminina ser um “fenômeno psicológico”, “uma forma de opressão internalizada, causa e efeito de sua subordinação” (apud SCOTT, 2002: 225). Pelletier, ao defender um sexo psicológico e não físico, diferenciava-se das teóricas do patriarcado que marcavam a diferença sexual na materialidade do corpo. Criar um sistema dual marcando diferenças sexuais como

homem/pênis, mulher/vagina foi muito discutida pela psicanálise na correlação poder/falo, submissão/ausência. A matriz defendida pelas teóricas do patriarcado está calcada na explicação dessa subordinação: um tipo de necessidade masculina de dominar as mulheres, consciente ou inconscientemente. Por esse viés, as mulheres estariam presas a uma condição feminina, associada ao corpo físico, cuja natureza estaria para a reprodução. Essa objetivação sexual e a consciência da “condição feminina” é que levariam as mulheres a compreender sua identidade comum e à ação política.

Pierre Bourdieu, nessa perspectiva estruturalista que cria um “sistema mítico-ritual”, reforça as teorias do patriarcado. Ele explica:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo a ideia de assembleia e de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 2009: 18).

O simbolismo expresso no corpo – a cintura fina, as pernas fechadas, a virgindade, os olhos baixos, os risos contidos – carrega uma significação moral, uma espécie de “confinamento simbólico”, cujas roupas ajudam a assegurar. Por isso, Pelletier conclamava as feministas para que se “virilizassem” e vestissem suas filhas como meninos.

Em 1914, Madeleine Pelletier escreveu um manual de conselhos para moças instruindo-as a serem como homens: educação física rigorosa, usar revólver para sua maior segurança e roupas masculinas para se libertarem das “roupas da escravidão” (vale considerar que, pela lei francesa da época, era proibido que mulheres se vestissem com roupas masculinas). O preparo físico, a proteção da arma e as roupas tornariam as mulheres mais fortes e, na defesa discursiva de Pelletier, elas só poderiam ter acesso ao mundo dos homens sendo como eles. Isso em nada tinha a ver com misandria, pois a feminista nunca declarou preferência sexual e abominava, sim, a sexualização dos corpos. Em 1908, ela afirmou que não quisera educar seu senso genital e ainda, 25 anos depois, foi mais veemente: “Certamente considero que uma mulher é livre em seu corpo, mas essas atividades do baixo-ventre me causam profunda repugnância”².

A interpretação falocêntrica das relações de poder, contudo, carrega o risco de uma leitura redutiva do processo de construção do sujeito generificado, lembra Scott (1995: 83),

² Todas as referências a Madeleine Pelletier, diretas ou indiretas, foram retiradas do quinto capítulo de SCOTT, 2002.

pois: “Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica” (SCOTT, 1995: 85). A autora, na defesa de uma perspectiva pós-estruturalista, fala do desafio das novas pesquisas no sentido de explodir essa noção de fixidez que leva a uma representação binária do gênero. A oposição binária estabelece uma simetria entre positivo e negativo. O positivo, estabelecido como normal, transforma o negativo em inferior ou inferiorizante, e daí advém toda a carga pejorativa de ser mulher, negro ou homossexual, por exemplo. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva (2000: 83): “A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional a sua invisibilidade”.

Dar visibilidade a mulheres e tornar isso importante na perspectiva da produção historiográfica é uma tentativa de explodir com essa noção de fixidez de identidade sem, contudo, recair no sentido contrário da supervalorização do feminino, como fizeram as feministas diferencialistas. O debate das feministas da diferença, por ser posterior ao período estudado, não requer aprofundamento aqui. Vale citar uma representante: Monique Wittig, feminista francesa militante da “segunda onda”, principalmente ligada aos movimentos da década de 1960. Ela pregava o fim da heterossexualidade compulsória e entendia que o verdadeiro humanismo da “pessoa” estaria livre dos grilhões do sexo que impediam as mulheres de se tornarem seres universais.³

O interesse da pesquisa aqui apresentada partiu da vontade de se entender melhor o feminismo considerado da “primeira onda”⁴ – aquele das manifestações de mulheres pela igualdade de direitos e pela cidadania, especialmente movido pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho e pelas reivindicações do voto que marcaram o final do século XIX e início do XX. Acompanhava-me, ainda, a pergunta de como esse debate, tão caloroso para fatias da intelectualidade burguesa, teria alcançado os “confins da civilização”, nas palavras de Lylia Galetti (2000), e chegado a Mato Grosso.

O extenso território brasileiro da primeira metade do século XX havia prosperado economicamente quase apenas na região do litoral, enquanto o vasto interior, em especial as regiões Norte e Centro-oeste, mantinha-se isolado, esparsamente povoado e ocupado por povos indígenas. As estradas eram precárias, a navegação pelos rios também, e as ferrovias cobriam poucos trechos.

³ Para conhecer essa e outras feministas francesas dessa geração, sugere-se a leitura de BUTLER, 2003.

⁴ Essas expressões “primeira onda” e “segunda onda” aparecem entre aspas porque entre as feministas há controvérsias a respeito. Algumas não concordam que essas ondas tenham uma marcação datada tão claramente.

A denominada “Marcha para o Oeste”, um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, teve como propósito ocupar e desenvolver o interior do Brasil. A ocupação do Centro-oeste visava também ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia, cujo empreendimento se fez por cerca de 40 anos. Os objetivos da “Marcha para o Oeste” eram basicamente: política demográfica com incentivo à migração, criação de colônias agrícolas, construção de estradas e campos de pouso, reforma agrária, incentivo à produção agropecuária e “pacificação” dos índios⁵.

Na análise de Alcir Lenharo sobre a “Marcha”, tratava-se de um projeto político com apelo simbólico à “união de todos os brasileiros”, através de um “imperialismo brasileiro”, expressão do próprio Getúlio Vargas, que consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país. O projeto defendia a instalação de pequenas propriedades produtivas e combatia os grandes latifúndios, conseqüentemente, o poder dos coronéis e a exploração de mão de obra. Todavia, para Lenharo (1986: 55):

O Estado Novo não conseguiu como queria o investimento político que fizera sobre sua colonização na Amazônia e no Oeste. Até 1945 os trabalhos pouco avançaram, devido a enormes dificuldades materiais para o preparo das colônias e instalação dos trabalhadores.

A falta de incentivos à construção de ferrovias no governo estadonovista frustrou, em parte, as expectativas de “progresso” e “desenvolvimento” defendidas por uma elite letrada, da qual a revista *A Violeta* era porta-voz. Maria Dimpina, denominada por Fernando Tadeu Borges (2005: 189) como a “mãe do trem” pela sua “ininterrupta tentativa de gestação”, durante 30 anos, do sonho da locomotiva, defendia a estrada de ferro como a via de escoamento da produção econômica⁶ e do “progresso”:

[...] uma ideia fixa tenho a respeito das locomotivas! São elas, e elas só ainda, que podem resolver os nossos problemas principais – a indústria, o povoamento do solo, a agricultura e o comércio. A pecuária se desenvolverá com a fácil introdução dos espécimes escolhidos; a exportação será vantajosamente feita; os trabalhadores procurarão as nossas terras espontaneamente, os grandes industriais perdendo o medo da distância que

⁵ Sobre a “Marcha para o Oeste” e as políticas indigenistas do Estado Novo, vale ler GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000 (disponível no portal Scielo).

⁶ O projeto da estrada de ferro ligando o Centro-oeste ao Sudeste, embora tenha iniciado na década de 1920, ainda não se concretizou completamente. O trecho que liga o Alto Araguaia (MT) a Santa Fé do Sul (SP) está em operação e provavelmente recebeu essa injeção de investimentos na década de 1990 para escoar as grandes safras de soja, mas até chegar a Cuiabá, passando por Rondonópolis, ainda são partes em construção e projetos.

muito prejudica a indústria aqui virão estabelecer-se e não só em Cuiabá como todo o Estado de Mato Grosso entrando em uma fase de verdadeiro progresso terá também o seu lugar de destaque entre os mais ricos Estados da União (Correspondência de D. Marta. *A Violeta*, 31 de março de 1929).

No ano seguinte, Maria Dimpina escreveu sobre o tema inspirada em alegorias femininas:

O avião tem suas vantagens, mas um sistema de aviação ainda não substitui o outro, pelo menos por algum tempo, eu penso. Se é antiquada a ideia, desculpem-me, eu me penitencio! Mas a meu ver a via férrea é a donzela garrida e esbelta vestida da mais pura cambraia de linho e o avião o colar de pérolas preciosas que lhe adorna o regaço. O colar, por si só, não compõe o vestuário e os aviões são joias preciosas de viação nas cidades comerciantes e adiantadas enfim (*A Violeta*, 27 de setembro de 1930).

A ideia de progresso estava também ligada ao encurtamento das distâncias e ao fim do isolamento que construía Mato Grosso como lugar atrasado e inóspito. A tese de Lylia Galleti (2000) mostra bem como as representações de Mato Grosso desde o período colonial na literatura, na historiografia e nos discursos políticos situaram-no como “confins da nação civilizada”, não só pela localização geográfica, mas também pelas características sociais pejorativas que recaíam frequentemente aos povos incivilizados (indígenas).

A paradoxal ideia que contrapunha litoral e sertão confrontava representações entre intelectuais nas primeiras décadas do século XX, segundo Galleti (2000: 247):

De um lado, as imagens de Mato Grosso como uma região praticamente isolada, alheia aos avanços do *progresso e da civilização*, e de outro as percepções dos mato-grossenses letrados a respeito de si próprios, que não raro reiteravam aquelas para exaltar suas qualidades civilizadas *apesar* de viverem na remota *fronteira da nação*.

Os debates intelectuais intencionavam “reivindicar dos dirigentes do país e do estado soluções capazes de colocar o estado na trilha do progresso” (GALLETI, 2000: 255). Fazendo um trocadilho: a trilha tinha seu masculino no trilho da locomotiva. O tema do trem foi apenas um para mostrar que a revista *A Violeta*, embora essencialmente literária e escrita por mulheres, não escapava às temáticas de seu tempo e aos impulsos do debate político daquelas que eram tidas como as senhoras do espaço privado e doméstico.

As redatoras não negavam seus papéis de mães e esposas zelosas, mas também não ficavam alheias aos debates das esferas públicas. A revista *A Violeta*, folhetim publicado em Cuiabá entre 1916 e 1950, aproximadamente, foi considerada um primeiro periódico

feminista em Mato Grosso. Foi objeto de estudo da literatura, no trabalho de fôlego de Yasmin Jamil Nadaf (1993), cuja dissertação de mestrado, pela Unesp, transformou-se em livro no mesmo ano da defesa. Considero-a a maior conhecedora dessa fonte, pois a publicação de sua pesquisa deu visibilidade e acessibilidade à revista que foi durante muito tempo esquecida por pesquisadores(as). *A Violeta* foi objeto de estudo também da educação, resultando em dissertação de mestrado pela UFMT de Gisleine Gresaldi Silva (2003), cuja preocupação foi analisar o modelo de educação feminina durante o Estado Novo, perpassado pela revista – haja vista que as escritoras eram também professoras ou, se não docentes, tinham uma formação para a docência. Percebi que, embora já estudada com o olhar de outras áreas do conhecimento, ninguém havia problematizado o feminismo com a sua dinâmica de época para analisar *A Violeta*, sob o olhar, no caso, de historiadora.

Céli Regina J. Pinto (2003) considera que da virada do século até 1932, quando da conquista do voto feminino no Brasil, o feminismo era “bem-comportado”, pois não se propunha a mexer com a posição do homem na sociedade; as mulheres só queriam ser incluídas como cidadãs, sem alterar as relações de gênero. A autora diz que é um feminismo “associado a personalidades”. Segundo ela, ainda, de 1937 até 1946, com o Estado Novo, o feminismo “praticamente morre”. A censura e o controle do Estado à imprensa e às manifestações contrárias à ordem estabelecida constituíram-se arbítrios também ao feminismo.

A Violeta teve circulação mais esparsa durante o Estado Novo. Algumas vezes demonstrou apoio visível ao governo varguista, trazendo como imagem de capa fotos dos governantes e de famosos aliados: Júlio Müller e o general Cândido Mariano da Silva Rondon, esse último com “veneração” (1938); Filinto Müller e Getúlio Vargas (1943). Todavia, em 1948 (n. 342, de 30 de abril), a foto do então governador Arnaldo Figueiredo na capa saudava-o, por Maria Dimpina, com votos de triunfo “sobre os falsos inimigos da pátria”. Podemos aventar um apoio varguista anterior vinculado à própria condição de circulação da revista, que poderia inferir em censura.

Ao falar de feminismo e de gênero, é importante dizer que ambos remetem ao processo histórico que, no Ocidente, constitui-se em movimentos e amplas discussões teóricas. A divisão didática que alguns(mas) autores(as) fazem, e apoio-me aqui especialmente em Guacira L. Louro (1999), caracteriza especialmente a primeira e a segunda onda do feminismo. A “primeira onda” inicia-se na virada do século XIX para o XX, com as manifestações para estender o direito de votar às mulheres – o chamado “movimento sufragista”. A “segunda onda” começa no final da década de 1960, quando o feminismo foi se

construindo teoricamente e seu desdobramento resultou também no aparecimento da categoria de análise: gênero.

Em 1986, a historiadora Joan Scott publicou um artigo na *American Historical Review* sob o título “Gender: a useful category of historical analysis”, preparado originariamente para ser apresentado na reunião da American Historical Association, realizada em Nova York, no ano de 1985. Esse texto foi traduzido para diversas línguas e causou grande impacto entre historiadores(as) e estudiosos(as) do gênero, em diferentes países. Na tradução para o português, Scott (1995: 86) diz: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Estava aberta, dessa forma, a possibilidade de ampliação da categoria “gênero”: não mais fechada na oposição da diferença com os homens e, sim, na perspectiva relacional e perceptiva. A definição de Joan Scott foi bastante influenciada pelas leituras de Michel Foucault, e atualmente poucos são os trabalhos que discutem gênero sem citá-la.

O momento histórico analisado nesta pesquisa permite também refletir sobre a condição dos homens numa sociedade cujos papéis lhes pareciam fixos, naturalizados, essencializados, e cabia à mulher a conquista de seu espaço na esfera pública, considerada até então eminentemente masculina. A revista *A Violeta* mostra o conflito de ideias que atravessava uma época cuja assimilação do discurso da igualdade não fora fácil ou imediato. Todavia, não se pode mais pretender pensar a mulher como um universal, como se fez com o homem. Thomas Laqueur (2001: 32) lembra como é absurdo pensar que só a mulher tem gênero e que o corpo do homem tenha sido criado numa tradição cultural cuja história não fora pensada.

Inicialmente, a revista era apenas “feminina”. Numa crônica de Silvia de Barros, em 1925, ela defendia o “sonho dourado” de se dedicar às lides domésticas: “[...] no seio afetuoso de minha estremecida mansão, longe, bem longe do tumulto mundano, e, onde eu tenha um poético recanto, donde fitando o espaço infinito, pleno das vozes do crepúsculo vespertino escreva inspirados trechos à minha confidente”. Maria Dimpina Lobo Duarte, fundadora e editora anos a fio da revista, nesse mesmo ano (*A Violeta*, n. 125), ao falar da criação da “Liga das Senhoras Catholicas”, dizia que a associação “deve defender os nossos costumes tradicionais, históricos mesmo, do recato e da modéstia, da virtude e do zelo da mulher brasileira”. Em 1926, outra cronista que assinava só com as iniciais S. d’A. defendia que as mulheres ficassem em casa, pois tornariam “mais suaves e dóceis a vida do lar” (*A Violeta*, n. 137).

As mulheres que escreviam para *A Violeta* tiveram uma enorme influência de sua formação, calcada em preceitos cristãos. Muitas estudaram em escolas confessionais salesianas em Mato Grosso. A revista, contudo, contou com vários colaboradores homens, dentre os quais destaco dois nomes por terem sido pessoas reconhecidas na vida pública e escreverem também em outros veículos de (in)formação impressos: dom Aquino Corrêa e José de Mesquita.

Dom Aquino Corrêa foi arcebispo de Cuiabá, governador do Estado de Mato Grosso (1918-1922), poeta e orador, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e membro da Academia Mato-grossense de Letras. A colaboração do arcebispo Dom Aquino revela a influência da Igreja na composição da revista, que pode ser percebida como necessidade de obter apoio e consentimento da Igreja, mas também o aval da autoridade por elas reconhecida. Dom Aquino, como representante da Igreja, manifestava-se contrário ao ingresso de mulheres no funcionalismo público, pois defendia as funções domésticas reservadas à mulher. Para ele, ao homem competia o sustento do lar, e somente em obras filantrópicas e na participação na igreja é que as mulheres deveriam deixar suas atividades domésticas. No entanto, várias vezes a revista saudou e homenageou Dom Aquino. Ele foi também mentor espiritual de um filho de Maria Dimpina que se tornou padre: Padre Firmo Pinto Duarte Filho hoje é nome de uma escola estadual do bairro Distrito Industrial, de Cuiabá, inaugurada na época que coincidiu com o falecimento do padre, em 2005. A homenagem foi um reconhecimento ao trabalho e ao carisma do padre Firmo. Ele atraía grandes plateias que enchiam suas missas para acompanhar as celebrações e homilias que fazia.

Quanto a José de Mesquita, foi advogado, professor, desembargador do Tribunal de Apelação de Mato Grosso, poeta, prosador e historiador, também sócio fundador do IHGMT, principal colaborador em quantidade poética e grande incentivador dos programas literários e culturais promovidos pelo Grêmio Literário “Júlia Lopes”. Ele também era nome de grêmio literário de rapazes do Liceu Cuiabano. Mesquita e dom Aquino partilhavam de um mesmo pensamento sobre as mulheres. Seus discursos laudatórios reforçavam um pensamento hegemônico do início do século XX baseado na ideia da “natureza feminina” para a maternidade e as lidas domésticas. Eram contrários a uma série de questionamentos que estavam sendo feitos no país em relação às aspirações femininas. José de Mesquita publicou algumas de suas poesias em *A Violeta*, muitas sobre temáticas religiosas. Selecionei uma que reforça esse romantismo sobre a figura feminina como o encanto do lar:

Página de Álbum. Para Lolita

Mais uma folha de álbum, entre tantas
outras, que me pediram e que fiz...
Álbum de moça... e o crínio de ouro, quantas
joias contém, fantásticas, sutis.

Mas eu, ao invés, aqui te deixo santas
aspirações, augúrios mais gentis!
para que tu, que o Lar paterno encantas,
possas sempre ser boa e bem feliz.

Para ser feliz, basta ser boa.
A vida é um sonho, que depressa escoia.
Graça, beleza, amor... cedo se vão.

Só, há, de fato uma felicidade
é essa que vem, Lolita, da Bondade,
que é a Beleza do nosso coração.

(*A Violeta*, n. 342, fevereiro de 1948)

A revista não seguia, pois, uma única linha de pensamento. Esses elogios à “verdadeira mulher”, doce e dedicada ao lar, eram recorrentes nos periódicos desde o século XIX, cujos enaltecimentos faziam reforçar a submissão das mulheres que, naquela época, e ainda hoje, podem ler com romantismo e saudosismo de algo que sobrevive no imaginário de um mundo supostamente protegido dos males da vida mundana e cuja proteção seria garantida pelos homens.

O “Clube Feminino”, criado em 1928, serviu de sede do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, e a partir de então intensificaram-se os trabalhos e o envolvimento político com o feminismo. Da década de 1920 à de 1940, as narrativas foram se modificando. Em 1932, *A Violeta* (n. 195) publicou a palestra de Bertha Lutz, então presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em defesa do voto feminino, cujo título era “Minutos de feminismo”. No entanto, a mesma revista trazia uma “Correspondência de D. Martha” contando sobre um convite a uma amiga para participar da reunião do grêmio. Martha (Dimpina) perguntou à amiga ao chegar à casa dela: “Onde está a tua serviçal?” E a amiga teria respondido que andava descrente dessas serviçais e ela mesma preferia assumir o serviço da casa. Martha continuou: “E o que me dizes do movimento feminista?” A amiga teria apontado para os dois filhos pequenos e respondido: “Eis como e por que não quis mais ser feminista! Tudo quanto não me afaste do lar é confortável; ao invés, longe, os meus sentimentos de mulher acentuam-se e cada vez mais compreendo que é a pior das saudades a

que a gente sente do lar quando, obrigatoriamente, afastada para o cumprimento de um dever”.

A correspondência anteriormente citada é bastante reveladora dos conflitos de ideias e práticas de mulheres de uma elite cuiabana frente a um movimento latente, porém não incorporado a uma necessidade de engajamento na luta, cujo sentido parecia-lhes obrigatório, mas que ameaçava, de certa maneira, uma cultura estabelecida em padrões fixos de papéis de gênero. O engajamento das mulheres ao feminismo passava pela ideia de que era preciso profissionalizar outras mulheres para o trabalho doméstico – não se cogitava a divisão de tarefas domésticas com os homens. Aliás, as “serviçais” bem preparadas mantinham a casa sem prejuízo ou perda daquela harmonia que “só as mulheres” podiam trazer ao lar. Por isso, várias vezes Dimpina defendeu na revista a criação de Escola Feminina:

E se os nossos Governos não abrirem os olhos, a classe das donas de casa, das mães que fazem as sopas aos filhos e os bifés à Família, vai se desaparecendo, e daqui a pouco, raras, raríssimas, serão aquelas que sejam capazes de desempenharem as profissões domésticas. As portas dos liceus se abrem enquanto as profissões femininas, que fazem da mulher uma boa dona de casa, tendem a desaparecer. Uma escola profissional feminina deveria ser criada e mantida com o carinho dos governos se quiséssemos uma geração forte, criada pelas mães zelosas e hábeis de uma experiente e cuidadosa mulher (*A Violeta*, n. 195, 31 de janeiro de 1932).

Dimpina revelou na revista de janeiro de 1936 que, auxiliada por Júlia Lopes de Almeida, foi diretora de uma Escola Feminina, fundada em 1919, onde se ensinavam as prendas domésticas: bordado, corte, “passado a ferro”, confecção e trabalhos manuais, além de francês, botânica, anatomia, matemática e higiene. Mas lamentou: “Essa escola, infelizmente, foi vítima desse CUPIM que destrói tudo em Mato Grosso – a política e a falta de continuidade de ideias nas sucessões governamentais”. Ainda complementa que nessa escola a mulher poderia aprender a “arte da cozinha, da qual, muitas vezes, depende a felicidade do homem”. Ou seja, as aspirações femininas estavam sempre ligadas ao masculino.

Aos 25 de dezembro de 1934, Bertha Lutz voltou a figurar na capa (*A Violeta*, n. 219) com a seguinte chamada: “A invicta campeã do feminismo no Brasil, cujos inestimáveis serviços à causa da Mulher consagram-na primus inter pares”. Da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino veio o “decálogo feminista” publicado:

Toda mulher deve:

- 1 Exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres cívicos.
- 2 Interessar-se pelas questões públicas do país.
- 3 Ter ocupação útil à sociedade.
- 4 Alistar-se e votar.
- 5 Votar consciente e criteriosamente.
- 6 Não entregar o título eleitoral.
- 7 Dedicar-se à causa feminista, crente do triunfo de seus ideais.
- 8 Votar somente em quem for feminista.
- 9 Bater-se pela conquista e pelo exercício de seus direitos sociais e políticos.
- 10 Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher.

Vê-se que os “10 mandamentos” estavam bastante centrados na questão da cidadania alcançada pelo voto, sem esquecer que as mulheres precisavam se instruir para atingir uma igualdade intelectual e participar dos debates políticos. Estava claro, no entanto, que ser “útil à sociedade” era ter ocupação pública; a dedicação à vida doméstica condenava, por esse princípio, as mulheres à alienação e submissão.

Em 1941, *A Violeta* lançou um “Apelo às senhoras e senhoritas que têm profissões remuneradas”. O chamamento era para a organização das mulheres trabalhadoras no sentido de reivindicar seguridade social, férias e condições para se instruírem. Percebe-se, então, que não se tratava mais de um folhetim de mulheres da elite preocupadas com a manutenção ou crise de um *status* de feminilidade baseada na vida doméstica, mas deixava transparecer uma mobilização política reveladora de uma mudança de postura dessas mulheres.

O processo de mudança discursiva de mulheres que escreviam na revista, ou mesmo outras influenciadas pelas leituras nas suas práticas cotidianas, construiu um fazer-se mulher, nas relações de gênero, ora resistindo ao feminismo, ora se valendo do aparato discursivo do mesmo. Lá em 1926, vê-se a resistência quando Dimpina critica a “invasão do modernismo”, acusando a maquiagem de esconder o cansaço aparente das mulheres que trabalham fora. Escrevia ela na revista: “[...] a pintura [...] vem disfarçar os efeitos da saúde alterada [...] faz cair no ouvido todo esse cuidado que se tinha para conservar rosada e pura a tez natural, certificado de uma saúde robusta e sã”. Ela defendia o trabalho cognitivo para o aperfeiçoamento intelectual de mulheres: “Minhas conterrâneas, foi para o melhoramento da educação feminina que se criou o Grêmio Júlia Lopes: foi para fazermos uma espécie de ginástica de espírito que se fundou ‘A Violeta’” (1931).

Todavia, lá em 1946, ainda Dimpina falava do aspecto da subordinação ligado a uma “condição da mulher” e que, apesar de toda modernização, a cabeça das mulheres ainda estava condicionada aos “apelos do coração”:

Já vão bem longe os tempos em que se cogitava de educar a mulher apenas para o lar. Instruída era aquela que completava o curso primário findo o qual, ou em o próprio lar ou fora dele, aprendia a confeccionar roupas, a fazer serviços de copa, cozinha, enfim, todos os que dizem respeito ao interior da casa, cujo governo lhe era destinado ou por força do casamento, ou, se ficasse solteira, como administradora doméstica em casa dos pais ou parentes com quem fosse obrigada a residir. Desapareceu completamente essa norma educativa e, de um momento para outro, viemos deparar com um outro sistema que forma a mulher moderna, a que concorre com o homem para os cargos públicos, a que enfrenta os concursos das repartições, a que, enfim, cursando escolas superiores, conquista altas colocações na sociedade, o que, no entanto, a prática já demonstrou, não dirime as funções que lhe são atinentes de esposa e mãe porque o coração dela dita leis às quais o cérebro se subordina (*A Violeta*, n. 327, janeiro e fevereiro de 1946).

A subordinação, nas palavras de Dimpina, não se ligava a uma rede discursiva imposta pelos homens, mas pela condição de sua natureza afetiva e maternal. Essa pode não parecer uma fala emblematicamente feminista, mas representa um feminismo que não dispensava a instrução das mulheres como condição libertadora de um mundo eminentemente doméstico. A defesa da educação até os níveis superiores era o que poderia garantir às mulheres o ingresso nos espaços públicos, sem a pretensão de tirar os homens de lá e de mostrar que podiam ser melhores. A luta pela igualdade se caracterizava, sobretudo, pelo direito de poder alcançar os mesmos espaços ocupados pelos homens.

Importante ressaltar que *A Violeta* é parte de uma prática cultural que instaurava um reconhecimento social entre escritores(as) e leitores(as). O poder de entendimento a partir do domínio das regras da linguagem escrita estabelecia, entre os(as) letrados(as), um saber universal que os(as) tornavam “iguais” ou os(as) aproximavam, mesmo quando nos “confins do sertão” estivessem distantes dos grandes centros urbanos e de formação intelectual.

Nas palavras de Regina Beatriz Guimarães Neto (2006: 195):

Se essa sociabilidade aberta pelo convívio cultural, relacionado à cultura das letras, caracteriza uma esfera privilegiada da vida da cidade, simultaneamente, também ela é produtora de práticas que direcionam e educam hábitos e costumes, entrelaçadas a regras civilizadoras. Associação esta que não deixa de estabelecer ligações com a postura dos indivíduos em sociedade, em seu esforço de tornar a cidade habitável, fazendo parte, nesse sentido, da sua história.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Fernando Tadeu de M. **Esperando o trem**: sonhos e esperanças de Cuiabá. São Paulo: Scortecci, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memórias e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: UFMT/Carlini Caniato, 2006.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NADAF, Yasmin J. **Sob o signo de uma flor**: estudo da revista *A Violeta*, publicação do Grêmio Literário “Júlia Lopes” – 1916 a 1950. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- _____. Experiência. In: SILVA, A.; LAGO, Mara C. de S.; Ramos, T. (Org.) **Falas de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- _____. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SILVA, Gisleine G. **Uma mulher educada, educa cem homens**: a Revista “A Violeta” e a educação feminina durante o período estadonovista em Cuiabá. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.